

A arquitectura rural na cidade do Porto na primeira metade do século XX: Construção de quintas em contexto de expansão urbana

Nuno Ferreira*

RESUMO: O desenvolvimento da cidade do Porto durante a primeira metade do século XX foi marcado por uma expansão urbana para as áreas periféricas. Deste processo resultou uma progressiva incorporação de áreas rurais na malha urbana. Apesar deste fenómeno, o desenvolvimento de áreas e a construção de estruturas rurais não cessou, mantendo-se a construção de raiz de algumas quintas. No contexto urbanístico desta época toma especial interesse a análise destas construções. Este trabalho analisa as características das quintas construídas na cidade do Porto na primeira metade do século XX quanto à distribuição temporal da aprovação das respectivas licenças, à sua localização, autores, encomendantes, morfologias e estruturas auxiliares.

Palavras-chave: Quintas; Arquitectura rural; Porto; Primeira metade do século XX.

ABSTRACT: The development of the city of Porto during the first half of the twentieth century was characterized by urban expansion to the suburbs. This process has led to a progressive incorporation of rural areas into the urban territory. Despite this phenomenon, the development of rural areas and the construction of rural structures has not stopped, and some farms continued to be built from scratch. In this urbanistic context, the analysis of these constructions has a particular interest. This paper analyzes the characteristics of the farms built in Porto during the first half of the twentieth century regarding the temporal distribution of their licences' approval, their location, authors, clients, morphologies and auxiliary structures.

Keywords: Farms; Rural architecture; Porto; First half of the twentieth century.

1. Introdução

O tema da arquitectura de cariz popular tem sido alvo de diversos estudos e publicações por parte de diferentes áreas do conhecimento (arquitectura, etnografia,

* Mestre em História da Arte Portuguesa; Doutorando em História da Arte Portuguesa (Universidade do Porto, Faculdade de Letras); Investigador do CITCEM; Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT); nunopsferreira@gmail.com

engenharia, geografia, sociologia ou turismo). A arquitectura popular é aquela que se insere sobretudo em zonas rurais e está intimamente ligada aos que nela habitam, reflectindo o seu estatuto social e os hábitos de vida, as tradições, bem como a geografia e o clima de uma região. Dentro da arquitectura popular, as quintas, enquanto propriedades rurais, de recreio ou não, com as suas dependências agrícolas, são as que melhor reflectem estes aspectos.

Até meados do século XVIII a cidade do Porto era uma cidade densa e centrada no interior das suas muralhas. A partir dessa altura, sobretudo com a intervenção dos Almadás, a cidade expande-se para fora das muralhas em direcção às zonas rurais. Na cidade intra-muros os espaços verdes eram escassos, existindo sobretudo pequenos hortos e as cercas de alguns conventos, enquanto que na cidade extra-muro existiam hortas e terras de sementeiro¹. Segundo Helena Moreira “esta ambiência rural perdurará durante largos séculos, sendo natural a ausência de necessidade de criação de espaços verdes na cidade”². A este espaço exterior ao aglomerado, e que dele dependia, estavam associadas basicamente duas funções, o abastecimento de frescos à cidade [...] e a de lazer”³. Nestas áreas, a presença de capelas e igrejas “cedo lhes deu o cunho de pequenos núcleos de povoamento aglutinados sem perderem as características de ruralidade”⁴. O desenvolvimento destes núcleos de povoações ocorreu muitas vezes à margem das estradas que faziam a ligação da cidade com as vilas e cidades periféricas⁵.

Em finais do século XIX a cidade sentia já os primeiros sintomas da industrialização, com a presença de estruturas industriais e uma série de infra-estruturas básicas, que permitiam o rápido acesso às zonas mais afastadas do núcleo primitivo da cidade, ao mesmo tempo que a imagem de ruralidade permanecia. A “Carta Topográfica da Cidade do Porto” (1892), de Telles Ferreira, permite identificar três anéis concêntricos. O primeiro anel corresponde à cidade intra-muros (freguesias da Sé, São Nicolau, Vitória, e Miragaia, fortemente ocupadas); o segundo anel refere-se à área de expansão ocorrida entre os séculos XVIII e XIX (Santo Ildefonso, Cedofeita e Bonfim); por fim, o terceiro anel, mais periférico, é composto pelas freguesias da Foz do Douro, Nevogilde, Aldoar, Campanhã, Lordelo do Ouro, Paranhos e Massarelos, que representam um vasto espaço territorial despovoado, profundamente rural e com uma população muito dispersa, e que viria a ser objecto de grande desenvolvimento durante

¹ MADUREIRA, 2001-2002: 156.

² MADUREIRA, 2001-2002: 156.

³ FONSECA, 1998: 64.

⁴ OLIVEIRA, 1973: 260.

⁵ FONSECA, 1998: 64.

o século XX⁶. Verifica-se então que, em finais do século XIX, a “uma cidade densa, antiga, herdeira do burgo em tempos muralhado, encostam-se os campos que quase ininterruptamente se estendem até ao rosário de povoados que organizam o espaço rural circundante”⁷. Estas zonas eram sobretudo formadas por “matas e silvados, limitando vastos campos de trabalho agrícola”⁸.

Vai ser nestas áreas periféricas que o património das quintas assumirá grande importância. A construção de habitações em espaços amplos e rurais da cidade foi resultado de um gosto inerente por estas zonas mas também por uma “pujante actividade económica”. Estas zonas começaram por ser escolhidas pelas famílias abastadas com uma forte ligação ao campo e à propriedade rural, o que acabou por ficar “marcado na paisagem pela imponência das construções então realizadas”⁹. Muitas destas famílias seguiam a tradição de possuir uma casa no centro da cidade e uma outra no campo, onde ocasionalmente se refugiavam¹⁰.

No decurso do século XX as zonas rurais adquiriram grande importância na expansão da cidade devido à existência de muitos terrenos livres, levando à coexistência na paisagem propriedades rurais, unidades industriais e infra-estruturas adaptadas à vida nos tempos modernos. Apesar deste fenómeno, a criação de áreas e estruturas rurais não cessou por completo, verificando-se alguma construção de raiz de quintas. No contexto urbanístico desta época toma especial interesse a análise destas construções. A importância dos traços da ruralidade da cidade é também reforçada pelos diversos estudos, inseridos nos diversos planos e estudos urbanísticos, dedicados a estas zonas.

Ezequiel Campos, no “Prólogo ao Plano da Cidade do Porto” (1932), quando analisa a expansão da cidade, traça quatro circunferências concêntricas. A primeira envolvia o velho burgo da cidade, a segunda envolvia as vias de acesso à cidade “hoje com manchas largas rurais”; a terceira era designada de “periferia rural”; e a mais exterior era composta pelas “terras de Lordelo, de Ramalde, de Paranhos e de Campanhã”, caracterizando-se pela abundância de “aldeias rurais”¹¹. Esta era a imagem de um Porto, nos anos 30, que ainda apresentava uma grande área dedicada à ruralidade ao mesmo tempo que a expansão urbana avançava a largos passos e de forma algo caótica.

No “Plano Regulador da Cidade do Porto” (1952), Antão de Almeida Garrett refere que na cidade do Porto “não há propriamente um zonamento, embora algumas

⁶ MADUREIRA, 2001-2002: 166-167.

⁷ MADUREIRA & PIMENTA, 2012: 84.

⁸ FONSECA, 1998: 65.

⁹ FONSECA, 1998: 65.

¹⁰ RAMOS, 2000: 321.

¹¹ CAMPOS, 1932: 19-21.

zonas tenham características diferenciadas”, nomeadamente as “extensas zonas rurais na periferia que são aldeia pura”¹². Assim, percebe-se que nos anos 50 a cidade do Porto mantinha vastas áreas rurais, propícias à expansão urbana.

Desde sempre que estas zonas rurais foram as privilegiadas para a construção das quintas de recreio¹³, mas na realidade eram também escolhidas para a construção das quintas ligadas à lavoura. A casa popular, mais concretamente, a casa rural, de maior ou menor dimensão, vai assumir grande importância neste panorama. A arquitectura rural é relativa “às actividades no campo ou aos camponeses”¹⁴ enquanto que a casa rural resulta “de uma longa evolução ao longo de várias gerações, é um produto do Homem, um factor de cultura” sofrendo forte influência de factores geográficos, como o clima, os materiais de construção disponíveis e as actividades agrícolas praticadas, ou seja, integrando mais fortemente “a história, os movimentos de difusão e influências, as componentes sociais e económicas”¹⁵. Segundo Ernesto Veiga de Oliveira, a casa rural funciona como um “verdadeiro instrumento agrícola”¹⁶.

Não excluindo o anteriormente referido, Albert Demangeon define este tipo de casa como sendo “essencialmente um factor de economia agrícola, e é principalmente como tal que ela exprime o meio geográfico; e exprime-o desse modo muito melhor e duma maneira muito mais adequada e permanente, do que quando se consideram os materiais da construção, os dispositivos de orientação, e as curiosidades do mobiliário”. O mesmo autor refere que a originalidade deste tipo de habitações não se encontra na ornamentação de alguns elementos exteriores que esta possam ter, mas antes “na repartição dos diferentes *lugares*, nessa ordem interna que faz reinar, no meio das coisas inertes, uma ideia e uma alma”¹⁷.

Pelo exposto, o estudo das casas de quintas construídas na cidade do Porto durante a primeira metade do século XX apresenta particular relevância por se tratarem de um património que, apesar da forte evolução urbana e industrial verificada na época, conseguiu manter a sua importância e unicidade em termos arquitectónicos e culturais. Para além disso, e apesar de muitas destas construções se terem entretanto perdido face à construção de outros edifícios e infra-estruturas, algumas persistem ainda em espaços de ruralidade latente que marcam a paisagem da cidade.

¹² GARRETT, 1952: 11-12.

¹³ A propósito do tema das quintas de recreio na cidade do Porto vejam-se, entre outros trabalhos: ARAÚJO, Ilídio de (1979) – Jardins, parques e quintas de recreio no aro do Porto, in, *separata da Revista de História*, vol. II, Centro de História da Universidade do Porto; FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. (2001) – *A Casa Nobre no Porto na época Moderna*. Lisboa: Edições Inapa; COSTA, Agostinho Rebelo da (2001) – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. 2.^a edição, Lisboa: Frenesi.

¹⁴ ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 2001: 3291.

¹⁵ CALHEIROS, 2006: 61.

¹⁶ OLIVEIRA & GALHANO, 2003: 13.

¹⁷ LIMA, 1968: 15.

Foi objectivo deste trabalho analisar as características das quintas construídas na cidade do Porto na primeira metade do século XX. Para além de se estudar a distribuição temporal da aprovação das respectivas licenças, abordam-se a sua localização e estruturas auxiliares, e identificam-se algumas características relevantes para o seu entendimento em termos de importância e desenvolvimento patrimonial e paisagístico da cidade do Porto, como sejam os seus autores, encomendantes e morfologias. Estas características são analisadas, procedendo-se a uma reflexão sobre a sua relação com o contexto arquitectónico, histórico e sócio-cultural.

2. Metodologia

Os dados analisados no presente estudo enquadram-se no trabalho “A arquitectura residencial portuense na primeira metade do século XX. Autores, tipologia e morfologia”, no qual foram consultadas todas as licenças de obras referentes a construções de raiz na cidade do Porto entre os anos de 1900 e 1948. A opção pelo ano de 1900 prende-se com o início administrativo do século (mais relevante para o efeito do que o seu início formal, 1901), enquanto que o limite de 1948 decorre da realização nesse ano do 1.º Congresso Nacional de Arquitectura, evento de enorme importância para a mudança de paradigma na arquitectura portuguesa.

De entre todas as licenças consultadas, foram identificadas as correspondentes a construções de cariz rural, as quais se analisam em termos de ano de aprovação, localização geográfica, encomendantes, autores e técnicos responsáveis, tipologia, aspectos morfológicos e estruturas auxiliares. A análise e discussão dos resultados implicou a consulta de outras fontes documentais.

3. Resultados

3.1. Ano de aprovação das licenças e localização geográfica

A análise dos processos resultou na identificação de 25 construções de raiz referentes a quintas ou casas de lavoura. O Gráfico 1 apresenta o polígono de frequências absolutas acumuladas dos anos de aprovação destas licenças. É de destacar que mais de dois terços das quintas (n=18; 72,0%) viram os seus projectos aprovados entre 1912 e 1925, sendo o aumento da aprovação de projectos particularmente notório entre os anos de 1919 e 1925 (n=11; 44,0% do total).

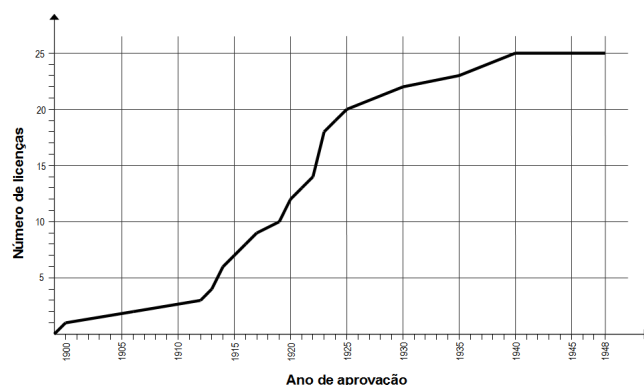


Gráfico 1. Polígono de frequências absolutas acumuladas do ano de aprovação dos projectos

Relativamente à localização das quintas por freguesias é de referir que para duas das licenças não foi possível identificar a freguesia a que pertenciam, pelo que estes resultados respeitam a um total de 23 quintas. No Gráfico 2 apresentam-se as frequências absolutas das freguesias onde se implantaram as referidas quintas. Verifica-se que as freguesias de Paranhos (n=9) e de Campanhã (n=7) são aquelas em que se registou maior número de construções.

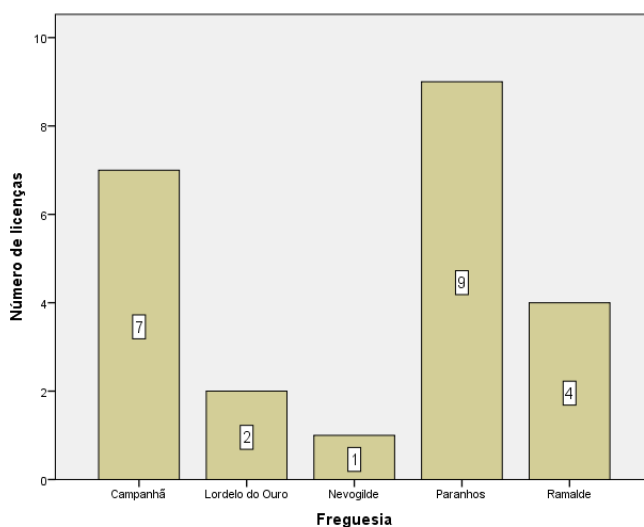


Gráfico 2. Distribuição das quintas por freguesias (n=23)

3.2. Encomendantes, autores e técnicos responsáveis

Relativamente aos encomendantes, verifica-se serem todos privados e nenhum deles o ser em relação a mais do que uma quinta. Nos casos em que se encontram identificados o responsável pela obra e/ou autores de projectos de especialidade, nunca o encomendante assume qualquer uma destas funções.

Das 25 quintas estudadas, apenas em 10 (40,0%) as licenças camarárias continham identificação dos autores dos projectos de arquitectura. Apenas em três casos este projecto foi assinado por um arquitecto: Augusto dos Santos Malta foi responsável pelo projecto de arquitectura de duas quintas, e José dos Santos pelo de uma. É de referir que para as duas obras projectadas por Augusto Malta não está identificado o técnico responsável, enquanto que na de José dos Santos o responsável é o mestre-de-obras Joaquim Faria Moreira Ramalhão. Em três outras quintas, o autor do projecto de arquitectura era engenheiro: Joaquim Mendes Jorge foi responsável por dois projectos e José Ribeiro da Silva Lima Júnior por um; estes autores eram simultaneamente os técnicos responsáveis pelas respectivas obras. Há ainda dois casos em que o projecto de arquitectura, embora explicitamente apresentado como tal, é assinado por mestres-de-obras (Carlos Nogueira Pontes e José dos Santos), sendo os mesmos os técnicos responsáveis. Noutras duas licenças, os projectos de arquitectura encontram-se assinados (num caso por Fortunato Fernando da Silva e no outro por José de Sousa), não tendo sido contudo possível identificar a formação destes técnicos ou a identificação do responsável pelas obras.

Dos restantes 15 projectos (correspondentes a 60,0% das licenças), em que não consta a autoria do projecto de arquitectura, em cerca de metade o responsável não se encontra identificado (n=7; 28,0% do total), sendo nos restantes casos (n=8; 32,0%) a obra da responsabilidade de um mestre-de-obras. De entre estes, é de salientar Francisco dos Santos Silva, técnico responsável por quatro quintas. Os restantes mestres-de-obras com esta função são: Manoel da Silva Fumega, Manuel Ferreira Neves, Manuel Ferreira Ribeiro e Manuel Moreira de Souza. Considerando a totalidade das licenças estudadas com identificação do técnico responsável (n=14), verifica-se que este é na maioria dos casos (n=11; 78,6%) mestre-de-obras, sendo os três restantes projectos dirigidos por engenheiros simultaneamente autores do projecto de arquitectura.

3.3. Tipologia, morfologia e estruturas auxiliares

Em termos de tipologia, todas as casas são unifamiliares. No Gráfico 3 apresenta-se a distribuição das quintas em função do número de andares das respectivas casas. Salienta-se que a grande maioria (n=18; 72,0%) apresenta dois andares.

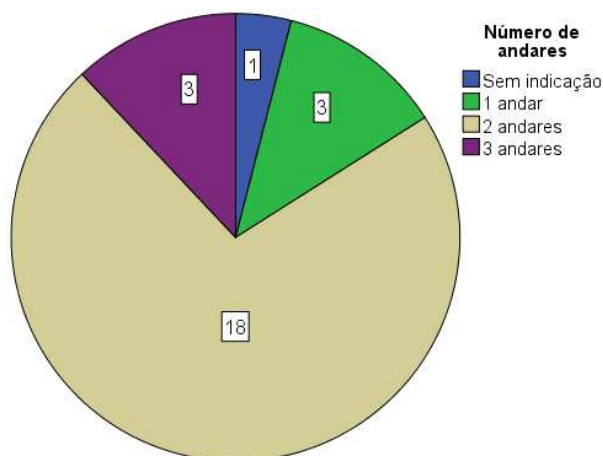


Gráfico 3. Número de andares das habitações

Dada a escassa representatividade de casas com menor ou maior número de pisos, a análise da distribuição das divisões será feita exclusivamente para casas estruturadas em dois pisos. Adicionalmente, verifica-se para quatro das habitações não consta da licença qualquer descrição da organização interna da casa, pelo que se analisarão os dados correspondentes a 14 habitações. Previamente a esta análise, importa referir que, destas 14 habitações, 11 (78,6%) se encontram estruturadas em rés-do-chão e 1.º andar; as restantes são compostas ou por um piso inferior ao nível da rua e um rés-do-chão (n=2) ou por um andar ao nível da rua e umas águas-furtadas (n=1).

O número de quartos de dormir em cada casa varia entre 1 e 4: três habitações apresentam apenas 1 quarto, seis têm 3 quartos, três contam com 3 quartos e duas com 4 quartos de dormir. Quando existem em número superior a um, todos os quartos de dormir se localizam no mesmo piso. Nas 11 habitações estruturadas em rés-do-chão e 1.º andar, é no andar superior que se localiza(m) o(s) quarto(s); nas duas habitações em que um dos pisos é inferior ao nível da rua, os quartos encontram-se também no piso superior. Apenas numa das casas o único quarto de dormir se encontra no piso inferior, tratando-se da habitação em que o piso superior corresponde às águas-furtadas.

Também as salas se localizam predominantemente no 1.º andar. Dez das 11 casas estruturadas em rés-do-chão e 1.º andar possuem uma divisão identificada genericamente como “sala” localizada nesse piso. Destas, três habitações contam também com uma divisão especificamente designada como “sala de jantar”, encontrando-se esta no rés-do-chão, e numa, à “sala” e à “sala de jantar” acresce uma sala de visitas no piso térreo. Apenas uma das casas com rés-do-chão e 1.º piso possui uma sala no andar inferior. Duas das casas em que um dos pisos é inferior ao nível da rua possuem duas salas (sem outra especificação), num dos casos localizadas no piso inferior e no outro no piso correspondente às águas-furtadas. A outra habitação com piso inferior ao nível da rua possui a sala no andar superior. Apenas em três das

habitações se encontra referência à existência de um gabinete ou escritório. Esta divisão está localizada no 1.º andar, à excepção da que integra a casa com um andar térreo e águas-furtadas, em que se localiza no piso inferior.

Todas as 14 casas em análise possuem uma cozinha, localizando-se esta no piso térreo na maioria dos casos (n=11; 78,6%). As excepções correspondem às duas habitações com piso inferior ao nível da rua e a uma das casas com rés-do-chão e 1.º andar. Os arrumos ou despensas são referidos para 8 casas, maioritariamente em número singular (n=6). A maioria destas divisões encontra-se no piso inferior, sendo excepções duas das casas com rés-do-chão e 1.º andar (numa das quais existe uma divisão de arrumos ou despensa em cada piso), uma das casas com piso inferior ao nível da rua e a habitação com águas-furtadas.

As licenças correspondentes a quatro casas não referem a existência de qualquer quartos de banho ou WC. Das oito habitações com um quarto de banho ou WC, em sete esta divisão encontra-se no piso inferior, e em apenas uma no 1.º andar. Finalmente, duas casas apresentam duas destas divisões, uma em cada piso.

Das 14 casas em análise, apenas três não possuem indicação de lojas ou divisões relacionadas com a actividade agrícola. Destas, a divisão mais frequentemente referida é a adega, presente em metade (n=7) das casas, sempre no rés-do-chão. Aliás, é de referir que, à excepção de um palheiro (localizado num 1.º andar), todas as lojas e divisões agrícolas são encontradas no piso inferior das habitações.

Dado o objecto de estudo deste trabalho serem quintas, e como tal, conforme já referido, ter a habitação intimamente ligada à actividade agrícola, a análise das estruturas auxiliares a esta actividade é meritória de uma análise diferenciada. Enquanto que algumas das estruturas relacionadas com o trabalho agrícola integram a própria habitação, outras constituem estruturas autónomas. Por este motivo, e tendo já sido identificada a localização das correspondentes a divisões das casas, proceder-se-á a uma caracterização e análise conjunta de todas estas estruturas, considerando para isso a totalidade das licenças (n=25).

Em 19 (76,0%) das licenças é feita referência a uma ou mais estruturas explicitamente relacionadas com actividades agrícolas. Não obstante a sua grande diversidade, que leva a que não sejam enumeradas exhaustivamente, algumas destas estruturas, pela frequência com que surgem, merecem ser destacadas. Assim, verifica-se que 10 (40,0%) das 25 quintas possuem adega. Nove quintas (36,0%) possuem uma estrutura designada especificamente “casa da eira”, embora por um lado a eira apenas seja explicitamente referida em 6, e noutros casos algumas das estruturas de armazenamento, pela descrição que delas é feita, poderem também corresponder a casas da eira. Cerca de um terço das quintas (n=8; 32,0%) apresentam pelo menos um

pátio ou quinteiro. Apenas em 3 licenças (12,0%) é feita referência à construção de dependências destinadas ao alojamento de animais. Apesar de não se tratarem de elementos específicos de habitações de cariz rural, são também de referir como elementos envolventes os quintais (encontrados em 10 das 25 quintas; 40,0%) e os poços (n=6; 24,0%).

4. Discussão

4.1. Ano de aprovação das licenças e localização geográfica

Nos anos que antecederam a Implantação da República (1910), a cidade do Porto verificou um acentuado aumento populacional, devido a tratar-se de um importante ponto de chegada dos “fluxos migratórios definitivos” que se instalavam nas freguesias mais centrais¹⁸. Após um claro aumento populacional nas freguesias do núcleo histórico assistiu-se, nas primeiras décadas do século XX, a uma diminuição da população, enquanto que nas freguesias peri-centrais e periféricas o número de habitantes aumentava de forma considerável. O crescimento da cidade, que começou por se fazer na sua zona central, rapidamente encontra nestas freguesias um vasto território pouco ou nada urbanizado para se expandir. Esta descentralização deve-se ao “saldo fisiológico; da transferência de população do centro para a periferia e da fixação directa da população imigrante”¹⁹. O facto de nestas freguesias existir como denominador comum uma grande disposição de terrenos, proporcionou o desenvolvimento acentuado da economia agrária e de pastagem, o que lhes conferiu um carácter rural.

Estes factores poderão explicar, pelo menos parcialmente, não só o aumento do licenciamento de obras nos anos posteriores à Implantação da República, como também a localização das quintas estudadas. A cidade viu a organização da sua imagem ser alterada: enquanto que nas freguesias centrais os edifícios passam a ser densamente ocupados, novas ruas particulares ia-se abrindo, muitas delas através do loteamento de antigas quintas, ao mesmo tempo que muitos dos terrenos vagos, nas freguesias mais afastadas do centro (onde se identificou o licenciamento das quintas), passam a ser ocupados com construções, ao mesmo tempo que se ia acompanhando o desenvolvimento da indústria e do comércio na cidade, sobretudo nas novas zonas que se estavam a urbanizar.

Contudo, após a primeira Guerra Mundial (1914-1918), a estabilidade económica e social trazida com o fim do conflito fez com que a partir de 1919 houvesse um retorno do crescimento demográfico. Finalmente, e a propósito da freguesia do Bonfim, Luís

¹⁸ MATOS, 2001.

¹⁹ MATOS, 2001.

Correia refere que a partir de 1925 se entrou “num período de gradual e significativo enfraquecimento do ritmo de crescimento demográfico”²⁰, o que se entendemos poder aplicar-se às restantes freguesias da cidade.

Conjuntamente, os acontecimentos referidos explicam o aumento do número de licenciamento de quintas entre os anos de 1912 e 1925, e sobretudo a partir de 1919, remetendo para “um claro sinal da reorganização do processo de fixação de residência para as freguesias periféricas da cidade, quer da zona oriental (Campanhã e Paranhos), quer da zona ocidental (Ramalde, Aldoar, Nevogilde, Foz e Lordelo)”²¹.

4.2. Encomendantes, autores e técnicos responsáveis

A importância e a complexidade que a figura do encomendador ou cliente assume numa obra de arquitectura são destacadas por Ernesto Rogers: “o cliente é esse ser sem o qual é impossível fazer arquitectura, mas com o qual é ainda mais difícil realizá-la [...]”²². Apesar de, conforme verificado na análise efectuada, o encomendante não ser em nenhum dos casos estudados responsável pela obra ou pelo seu projecto, a ideia inicial de casa é sempre, pelo menos parcialmente, da sua responsabilidade. A figura do cliente está também “vinculada às questões económicas e financeiras do processo, logo relacionada com a respectiva parte administrativa” e vai “ajudar a consumir o carácter profissional da arquitectura, exaltando o seu lado mais operativo e lembrando que a arquitectura é, para além do mais, um ofício”²³.

Pela análise feita aos processos camarários podemos dizer que para o período estudado nem sempre se teve acesso a identificação dos autores dos projectos, dada a ausência de assinaturas. Este facto vai ao encontro da linha de pensamento de alguns autores quando se referem à propriedade “feita pelos próprios donos com ajuda da família ou de assalariados, ou arrendada a caseiros”²⁴.

É de salientar que, das 10 quintas cuja licença nomeia o autor do projecto de arquitectura, apenas em 3 este se encontra identificado como arquitecto. Em diversos casos as licenças apenas fazem referência ao técnico responsável pela obra e segurança dos operários. Em todos os casos em que tal se verifica, constata-se tratarem-se de mestres-de-obras diplomados. Conforme refere Maria do Carmo Pires, reportando-se à Rua de Álvares Cabral, “pela sua formação e pelo respeito das posturas municipais e dos regulamentos de Edificações e de Salubridade, [os mestres-de-obras] estavam

²⁰ CORREIA, 2009: 186.

²¹ CORREIA, 2009: 186.

²² ROGERS, 1965: 47.

²³ RODRIGUES, 2008: 32-33.

²⁴ OLIVEIRA & GALHANO, 2003: 46.

aptos a projectar e executar a maior parte das obras edificadas”²⁵. Na sequência desta noção, é de recordar que, mesmo nas quintas com projecto de arquitectura cuja autoria pode ser identificada, em dois casos é o mestre-de-obras responsável pela obra quem o assina.

Apesar de ser à figura do arquitecto que normalmente se atribui grande importância na concepção da obra, uma vez que “se trata de um *participante activo*, na medida em que não só concebe a forma *casa* através do seu *projecto de arquitectura*, mas também formaliza a sua edificação, acompanhando – muitas vezes – o processo de construção da obra”²⁶, os resultados do presente estudo evidenciam que, no que respeita às quintas construídas na cidade do Porto na primeira metade do século XX, esta figura não assume tanta importância, sendo antes os técnicos de construção (mestres-de-obras) que possuem maior destaque. Francisco Barata, refere que até ao início do século XX “não são as Escolas nem os arquitectos reconhecidos que realizaram a arquitectura corrente”²⁷, parecendo o mesmo poder aplicar-se à arquitectura de cariz rural da cidade do Porto no período estudado. Tal facto dever-se-á à inexistência de fórmulas exactas de projecção habitacional, pelo que, tal como os arquitectos, também estes técnicos veriam reconhecida pela sua formação a capacidade e o conhecimento bastantes para imprimirem “o seu específico modo de projectar, segundo as suas bases teóricas e culturais, acreditando que vai simplesmente reagir mediante variadas circunstâncias contingentes, ou até provenientes do seu próprio universo criativo”²⁸. Seguiu-se assim uma tradição, que já vinha dos séculos anteriores, segundo a qual muitas das obras “tiveram nos mestres pedreiros que as executaram os autores dos projectos”²⁹.

4.3. Tipologia, morfologia e estruturas auxiliares

Os trabalhos que abordam a arquitectura rural na cidade do Porto são escassos, existindo apenas um estudo que se debruça especificamente sobre este tipo de habitação: “Um tipo de casa rural dos arredores do Porto” (1956), da autoria de Ernesto Oliveira e Fernando Galhano³⁰. Será, pois, esse o termo de comparação utilizado na análise dos resultados obtidos.

Oliveira e Galhano referem que a casa rural do Porto é semelhante à que identificam como do “tipo B” relativamente às habitações rurais da cidade da Maia. De um modo geral, estas casas são de pequenas ou médias dimensões, apresentando

²⁵ PIRES, 2000: 149.

²⁶ RODRIGUES, 2008: 17.

²⁷ FERNANDES, 1999: 80.

²⁸ RODRIGUES, 2008: 56.

²⁹ FERREIRA-ALVES, 1995: 26.

³⁰ OLIVEIRA & GALHANO, 2003.

tipicamente dois andares: rés-do-chão e primeiro andar. Esta observação é consistente com os resultados atrás descritos, visto que a maioria das casas estudadas se estruturavam num piso ao nível da rua (rés-do-chão) e 1.º andar.

Tal como indicado por estes autores, os resultados do presente estudo confirmam que na casa rural portuense da primeira metade do século XX os quartos e salas se localizam principalmente no andar superior. Das excepções a esta configuração verifica-se que tendem a ocorrer em casas com estrutura distinta da mais prevalente, ou seja, em rés-do-chão e 1.º andar. Assim, o andar superior assume-se predominantemente como um piso de habitação e lazer.

Também a localização das cozinhas principalmente nos pisos térreos é concordante com a análise de Oliveira e Galhano. Estes autores não referenciam especificamente a localização dos arrumos ou despensas; no entanto, a presente análise permite verificar que também estas divisões se localizam sobretudo no piso inferior. Assim, e por oposição ao 1.º andar, o piso inferior apresenta-se desde logo como um espaço mais dedicado às actividades domésticas e laborais.

Relativamente à localização dos quartos de banho ou WC, e apesar da maior prevalência destas divisões nos pisos inferiores, considera-se fugir do âmbito do presente trabalho uma abordagem mais específica, que permitiria clarificar esta localização, mas que implicaria necessariamente considerar informação sobre os utilizadores destas divisões, nomeadamente estudando todas as 21 habitações para as quais se dispõe de informação de carácter morfológico.

A localização de divisões ligadas à agricultura é, mais uma vez, concordante com o que defendem Oliveira e Galhano, ou seja, a predominância das dependências agrícolas ao nível do rés-do-chão. A elevada frequência de estruturas ligadas a actividades agrícolas (sejam integradas na habitação ou anexas à mesma) vai ao encontro da noção exposta introdutoriamente de que, mais do que locais de lazer, as quintas construídas nas zonas rurais na cidade do Porto eram destinadas à actividade agrícola.

5. Considerações finais

O presente trabalho foi o primeiro a estudar a arquitectura rural na cidade do Porto tendo por base a totalidade das quintas cuja licença foi aprovada durante a primeira metade do século XX (mais concretamente, e pelos motivos descritos na metodologia, entre 1900 e 1948).

A análise efectuada corrobora algumas ideias apresentadas por outros autores, nomeadamente no que respeita às características morfológicas das habitações e à sua localização na cidade. Identificou-se como período de maior número de edificações os

anos compreendidos entre 1912 e 1925, o que se explica através da valorização concomitante de factores históricos, sociais e políticos. Este trabalho permitiu ainda identificar as estruturas relacionadas com a agricultura mais frequentes nestas quintas, salientando-se as adegas, as casas da eira e os pátios ou quinteiros. Finalmente, é de referir a análise dos técnicos responsáveis pelas obras e pelos projectos de arquitectura, raramente estudados com base na totalidade das obras que constituem o objecto de estudo.

Por todos estes factores, este estudo assume-se como um importante contributo para o entendimento global de aspectos centrais deste tipo de arquitectura, bem como para a estruturação de trabalhos futuros.

Referências

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (2001) – *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Editorial Verbo.
- CALHEIROS, Maria do Rosário D. S. Coutinho (2006) – *Arquitecturas rurais e critérios de intervenção. Uma experiência no Vale do Lima (2003-2006)*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura na Especialidade de Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- CAMPOS, Ezequiel (1932) – *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda.
- CORREIA, Luís Grosso (2009) – A evolução demográfica da Freguesia do Bonfim da Cidade do Porto na Época Contemporânea, in *Revista da Faculdade de Letras. História*. III série, vol. 10.
- FERNANDES, Francisco Barata (1999) – *Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade*. 2.^a edição. Porto: FAUppublicações.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. (1995) – A casa nobre do Porto nos séculos XVII e XVIII: Introdução ao seu estudo, in *Revista Poligrafia*, n.º 4. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão.
- FONSECA, Adélia Luísa T. Silva (1998) – *Porto Norte. Dinâmicas urbanas e sua evolução*. Dissertação de Mestrado em Geografia: Dinâmicas Espaciais e Ordenamento do Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- GARRETT, Antão de Almeida (1952) – Plano Regulador da Cidade do Porto, in *Separata da Revista «Civitas»*, vol VIII, n.º 2.

- LIMA; Fernando de C. Pires de (direcção) (1968) – *A arte popular em Portugal. Ilhas adjacentes e ultramar*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. I.
- MADUREIRA, Helena (2001-2002) – Processo de transformação da estrutura verde, in *Revista da Faculdade de Letras- Geografia*, vol. XVII-XVIII.
- MADUREIRA, Helena; PIMENTA, José Ramires (2012) – Natureza e cultura no Porto do século XIX, in *Revista Convergência Crítica. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Teoria Social – NEPETS*, vol. I, n.º 2.
- MATOS, Fátima Loureiro de (2001) – *A Habitação no grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando (2003) – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5.ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- OLIVEIRA, J. M. Pereira (1973) – *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura. Centro de estudos geográficos.
- PIRES, Maria do Carmo Marques (2000) – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*. Porto: FAUPpublicações.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira (direcção) (2000) – *História do Porto*. 3ª edição, Porto: Porto Editora.
- RODRIGUES, Ana Luísa Jardim Martins (2008) – *A habitabilidade do espaço doméstico. O cliente, o arquitecto, o habitante e a casa*. Tese de Doutoramento no Ramo do Conhecimento de Cultura Arquitectónica apresentada à Escola de Arquitectura da Universidade do Minho.
- ROGERS, Ernesto Nathan (1965) – *Experiencia de la Arquitectura*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.